



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14736 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 12 - Currículo

HISTÓRIAS E SABERES DOS POVOS INDÍGENAS NO CURRÍCULO: ASPECTOS INTERACIONISTAS E SIGNOS DECOLONIAIS

Aline Serpa Elias - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

**HISTÓRIAS E SABERES DOS POVOS INDÍGENAS NO CURRÍCULO:
ASPECTOS INTERACIONISTAS E SIGNOS DECOLONIAIS**

A Base Nacional Curricular (BNCC) aponta, entre os “Campos de Experiências” da Educação Infantil no âmbito da escuta, fala, pensamento e imaginação como objetivo de aprendizagem e desenvolvimento, o “contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc.,” (BRASIL, 2018, p. 40), sendo os contos citados como meio de aprendizagem igualmente em diversos momentos no decorrer de todo o currículo nacional. Portanto, os contos literários estão inseridos como meio de ensino-aprendizagem, seja para deleite, seja para uma construção mais específica de conhecimento.

Assim, promovemos o acesso e a democratização dos conhecimentos literários desde a mais tenra idade, conhecimento esse que pode ainda agir como um antídoto para a intolerância social. A partir da lei 11.645/08, que estabelece no currículo a inclusão da temática, “História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira” (BRASIL, 2008) nos livros didáticos e nos currículos, trouxe um novo olhar para a abordagem do assunto na esfera educativa. Não que isso não ocorresse no passado, mas o objetivo é para que, no presente, as imagens e temas sejam mais condizentes com a realidade (BERGAMASCHI, GOMES, 2012, p. 58).

Ao pensarmos em teorias pedagógicas, Lev Semionovitch Vygotsky, pioneiro da psicologia do desenvolvimento intelectual, aborda os aspectos interacionistas e

sua correlação com os processos cognitivos do pensamento. O autor aponta a linguagem e a cultura como processos explicativos para as funções psicológicas superiores, sendo tais funções o desenvolvimento da aprendizagem e da memória revelados a partir dos instrumentos, dos signos e do meio social (VYGOTSKY, 2007).

Desse modo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, o objetivo do estudo visou entrelaçar o interacionismo apoiado na teoria de Vygotsky e a representatividade proposta através dos “contos clássicos” europeus perante debates decoloniais contemporâneos. Provocar o encantamento pela leitura faz parte de um trabalho minucioso de educadores, e em resposta às leis educacionais e no direito de crianças e adolescentes de acesso à leitura, trazer o capital cultural e os conhecimentos tradicionais originários para a sala de aula, como meio de implantação de ações concretas contra um passado de estereótipos construídos por olhares estrangeiros.

A literatura de autoria indígena abrange e revela novos conhecimentos paulatinamente, com o aumento da inserção de alunos indígenas nas universidades, a disposição de pesquisas autoetnográficas e materiais didático-pedagógicos elaborados por professores indígenas. A literatura de autoria dos povos nativos frequentemente aborda a cultura e apreciação da floresta, histórias sobre a origem dos alimentos de diversas regiões do país, a fauna brasileira e os costumes de diversas etnias originárias do território brasileiro.

A problemática do estudo consistiu em questionar a apresentação dos “contos clássicos”, por clássicos já se implica uma relação de poder colonial, histórias que são advindas do folclore europeu. Refletir sobre a responsabilidade no embate contra o racismo, os preconceitos e os estereótipos construídos no sub(consciente) da população. No que implica questionar e refletir sobre as leituras propostas aos alunos, temos a oportunidade de pensar um currículo decolonial ao dar vozes transdisciplinares aos que se apropriaram da língua portuguesa e da cultura escrita para nos presentear com suas narrativas de vida, poesias, histórias e saberes tradicionais.

Por mais que estejamos habituados a pensar a língua portuguesa como a única falada no país, vivemos em um território polifônico e pluricultural. A língua portuguesa foi imposta aos povos nativos durante o processo de estabelecimento da coroa portuguesa, dando início a um embate linguístico entre a população local e aqueles que ademais aos portugueses vieram ao Brasil. De modo que inevitavelmente adotaram como língua franca, o idioma dos colonizadores.

Apenas na Constituição de 1988, foi assegurado aos indígenas o Ensino Fundamental regular bilingue e a aplicação de seus próprios processos de

aprendizagem (BRASIL, 1988). O acesso à educação “formal” às crianças indígenas, como sujeitos de direito para com a proteção e preservação da sua cultura, sem que a assimilação e a integração sejam impostas, aproximam as diferentes culturas de modo que proporcionam igualmente a possibilidade do acesso da sociedade não indígena aos saberes e conhecimentos ancestrais da cultura dos povos nativos.

Vygotsky desenvolveu métodos que procuravam alinhar estudos psicológicos com estudos históricos das ciências sociais, trazendo a cultura e a sociedade como parte fundamental do aprendizado e do desenvolvimento intelectual da criança. Inspirado na teoria marxista de que a vida material e social produz mudanças na “natureza humana”, as pontes entre a sua história individual e a história social apresentam uma relação direta com as funções psicológicas da memória, pois será a partir da comunicação e da interação que ocorrerá o desenvolvimento do aprendizado, seja por imitação ou mediação. Para que haja o desenvolvimento serão necessários os signos externos para que possam internalizá-los e transformá-los em signos internos, e conseqüentemente desenvolver formas de comportamentos (VYGOTSKY, 2007).

Os “contos clássicos” dos Irmãos Grimm, pertencentes ao patrimônio cultural europeu continuam, mesmo após 200 anos, a serem contados, recontados, reescritos, reinterpretados e conhecidos por crianças em diversas partes do mundo. As narrativas se apresentam sempre com uma certa coerência entre teores éticos e educativos, mesmo ao abordar as mais obscuras atitudes humanas, como a violência, a crueldade e a morte (AZEVEDO, 2013). Os Irmãos Grimm sem dúvida disponibilizaram uma ampla coletânea de potencial provocativo para o imaginário de adultos e crianças. Porém, precisamos refletir nas mensagens sublineares voltadas aos valores, costumes e relações de poder nas histórias, e levar em conta que os clássicos são clássicos de uma cultura outra.

Os contos foram coletados em comunidades europeias, onde igualmente se utilizavam da arte da oralidade, da memória e da contação de histórias, transmitidas de geração em geração, do mesmo modo que as histórias permanecem e continuam a ser transmitidas nas aldeias indígenas do Brasil. Como aponta Sereburã *et al.* (2005, p.10) sobre a tradição de reproduzir as histórias, “Quando um velho Xavante conta sua história, ele se transforma. Brota no seu corpo frágil uma força nova, Ele cria gestos, sons, expressões e movimentos. Transporta quem está ouvindo para um tempo mágico. Revive, a cada história”.

Com efeito, o que designa contos e lendas, independentes de sua origem, são as narrativas presentes nas histórias das comunidades. Para uma abordagem decolonial, se apresenta necessária uma reflexão contextual e temporal da origem dos contos, pois se trata de um período na Europa onde as pessoas habitavam em

idades fechadas, denominadas burgos. Os burgueses, que eram comerciantes empenhados no sucesso da subsistência no sistema capitalista, se viam separados do meio rural e circundados pelas florestas. No inverno as florestas geladas e desconhecidas, eram igualmente moradia das pessoas que eram expulsas por não haver alcançado êxito dentro do sistema dos burgos, que haviam cometido crimes, ou mesmo os portadores de doenças mentais. As florestas se tornavam lugares perigosos e temidos, alimentados pelo medo do fracasso na vida em sociedade e dando margens para imaginação, criando monstros, bruxas e entre outras figuras tenebrosas (ABSOLUTE HISTORY, 2021).

Do ponto de vista da floresta, muito se diverge da floresta tropical brasileira, e do ponto de vista do estudo, principalmente da cultura dos povos indígenas. A cultura capitalista e movimentos intelectuais como o “humanismo”, colocaram o homem no centro de tudo, capaz de dominar e transformar a natureza, vista apenas como um amplo espaço de extração de insumos, explorando e manipulando a fauna e a flora (KAYAPÓ, SCHWINGEL, 2021). Pensando no teor didático-pedagógico de interação cultural com a sabedoria dos povos indígenas, visamos além da luta contra estereótipos criados pela colonização, apontamos a compreensão dos alunos sobre a natureza na ótica dos povos indígenas, uma vez que “eles veem a natureza como um ser vivo, com o qual mantêm uma relação recíproca, e reconhecem a importância de protegê-la para as gerações futuras” (BRASIL, 2023).

Os processos elementares de origem biológica do ser humano necessita da natureza para sobreviver, mas as funções psicológicas são de origem sociocultural. O desenvolvimento psicológico do ser humano está interligado com a sua formação histórica. Em uma abordagem dialética, o homem é influenciado pela natureza, e conseqüentemente age e cria mudanças na natureza baseado em seu instinto existencial (VYGOTSKY, 2007). Se pretendemos uma mudança na sociedade que gere avanços sustentáveis e a desconstrução do pensamento colonial, podemos pensar em nossos contos e histórias. É certo que temos muita história para se contar, recontar e reconstruir através de um processo sutil, mas constante, de decolonização intelectual. Valorizando e resgatando, trazendo histórias do passado com um outro olhar, e não mais com o olhar do outro.

Palavras-Chave: Decolonização. Vygotsky. Literatura Indígena.

REFERÊNCIAS

Absolute History. **How Ancient Wilderness Fuelled Our Ancestor Nightmares. Myths & Monsters.** Youtube, 12 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=kBGzQ9TgsK4> Acesso em: 22 abr. 2024.

AZEVEDO, Fernando. Os contos dos Irmãos Grimm e o seu poder questionador. **Alabe**, nº. 9, 2014.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. ensaios de educação intercultural. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 53-69, 2012

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016. Acesso em: 22.abr. 2024.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 7. ed. Brasília, DF. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 11 de março de 2008. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

KAYAPÓ, Edson; SCHWINGEL, Kassiane. **Universidade: território indígena**. Porto Alegre. COMIN: Fundação Luterana de Diaconia, 2021.

KETTLE, Wesley. **A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza**. Brasília. Ministério de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/a-importancia-dos-povos-indigenas-para-a-preservacao-da-natureza> Acesso em: 22 abr. 2024.

SEREBURÃ et. al. **Wamrême Za'ra – Nossa Palavra: Mito e história do povo Xavante**. Tradução Paulo Supretraprã. 2ºed. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.

VYGOTSKY, Liev Semionovitch **A formação social da mente. Os desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 7ª Edição. 2007.